

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 310.161 - RS (2013/0065546-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PEDRO AUGUSTO POMATTI
AGRAVANTE : SOLIRA VIGOLO POMATTI
ADVOGADO : CARLA LUIZA DAVANZO DAL PIVA - RS059481
AGRAVADO : ANTÔNIO MÁRIO RECHE
ADVOGADO : TOBIAS FRANCISCON E OUTRO(S) - RS054473

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PEDRO AUGUSTO POMATTI e SOLIRA VIGOLO POMATTI contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que inadmitiu o recurso especial.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por PEDRO AUGUSTO POMATTI e SOLIRA VIGOLO POMATTI contra decisão exarada nos autos da execução promovida por ANTÔNIO MARIO RECHE.

O eg. TJ-RS, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 315):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EXECUÇÃO. NULIDADE DA PENHORA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. MANIFESTAÇÕES POSTERIORES DA PARTE, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, SEM VENTILAR A SUPOSTA ANULABILIDADE. APLICAÇÃO DA REGRAS DO ART. 245 DO CPC. PRECLUSÃO. NULIDADE AFASTADA. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL EXPLORADA EM REGIME FAMILIAR. ÔNUS DA PROVA.

Não comprovado que o imóvel rural penhorado é utilizado para subsistência do núcleo familiar do executado, na forma do ali. 5º, XXVI, da CF/88, deve ser mantida penhora efetivada nos autos da execução por quantia certa.

Ônus da prova que competia ao devedor e do qual não se desincumbiu. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 331/336).

Inconformados, PEDRO AUGUSTO POMATTI e SOLIRA VIGOLO

POMATTI interpuseram recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alegam, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 165, 249, § 1º, 458, incisos II e III, 535, inciso II, 652, § 4º, 659, § 5º, do CPC/73.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 372/376.

Irresignados, PEDRO AUGUSTO POMATTI e SOLIRA VIGOLO POMATTI manejaram o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 398/402).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, alegam os recorrentes violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/73, uma vez que o v. acórdão estadual não teria tratado das matérias suscitadas nos embargos de declaração. Entretanto, o recurso não merece acolhimento. Isso porque o apelo especial limita-se a alegar a omissão de forma genérica, sem apontar quais matérias seriam omissas, o que atrai, por analogia, a Súmula 284 do STF. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N 284 DO STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, a teor da Súmula 284 do STF, quando não demonstrada, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não terão sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1188316/AM, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. PERÍCIA. CONVICÇÃO DO JUIZ

DESTINATÁRIO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO

1. Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia.

(...)

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2013, DJe de 5/3/2013, grifou-se).

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 249, § 1º, 652, § 4º, 659, § 5º, do CPC/73. Sob as referidas ofensas, afirma-se que não houve intimação do espólio executado, ora representado pelos recorrentes, ou de seus advogados para dar ciência da penhora que recaiu sobre seu imóvel, motivo pelo qual teria sido levado à hasta pública de forma indevida.

O eg. Tribunal estadual, por seu turno, ressaltou que houve efetiva intimação dos procuradores do executado, o qual se manifestou nos autos após 3 anos da penhora pleiteando a nulidade dos atos de constrição. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual:

"No que se refere, de inícios à alegada nulidade por ausência de intimação do agravante acerca da penhora, dúvidas não pairam de que seus procuradores foram intimados de todos os atos tendentes à arrematação do bem, oportunidades em que deixaram de se manifestar a respeito da suscitada nulidade.

Somente às vésperas do leilão, mais de três após a realização da penhora, vem o requerente ventilar a nulidade do ato.

Evidente, assim, a preclusão da matéria, forte no disposto no art. 245 do Código de Processo Civil, que reza:

(...)"

Com efeito, os arts. 652, § 4º, e 659, § 5º, do CPC/73 permitem que haja intimação tanto do executado quanto do advogado para fins pagamento da dívida ou para dar ciência dos atos de penhora. Para melhor elucidar essa conclusão, segue transcrição dos referidos dispositivos:

"Art. 652. O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias,

Superior Tribunal de Justiça

efetuar o pagamento da dívida. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

(...)

§ 4º *A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).*

(...)

Art. 659. *A penhora deverá incidir em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).*

(...)

§ 5º *Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002)" (g.n.)*

No caso em apreço, o eg. Tribunal estadual, á luz das provas existentes nos autos, ressaltou que os advogados do executado foram devidamente intimados, motivo pelo qual manifestação tardia sobre eventuais nulidades estaria preclusa. A pretensão de modificar esse entendimento, portanto, demandaria revolvimento fático e probatório dos autos, providência incompatível com o recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Por fim, no que tange à divergência jurisprudencial, o apelo também não merece acolhimento, pois os precedentes colacionados são oriundos do próprio eg. Tribunal Estadual do Rio Grande do Sul e, portanto, não dão ensejo à abertura do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional, conforme Súmula 13/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator